



FOTO: RINALDO MARQUES

## LEGISLATIVO ENCERRA SEMESTRE COM TRÂMITE DE MAIS DE 2.400 MATÉRIAS

Páginas 4 e 5

### Aprovada reeleição para Mesa

FOTO: JOÃO BITA



No dia 20 de junho, foi aprovada em reunião plenária a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 1/2011, que permite reeleger parlamentares para os cargos da Mesa Diretora.

Página 3

### Festa Junina anima servidores

FOTO: JOÃO BITA



Como ocorre, anualmente, os funcionários da Alepe participaram da Festa de São João. O forró pé de serra marcou o ritmo, e as comidas típicas garantiram sabor especial.

Página 8

## ARTIGO

## DESENVOLVIMENTO SIM, MAS COM RESPEITO ÀS PESSOAS E AO MEIO AMBIENTE

Daniel Coelho\*

Foi notícia em vários veículos de comunicação: Pernambuco teria ganhado a briga pelo projeto de instalação da primeira usina nuclear do Nordeste. Itacuruba, município de quatro mil habitantes, a 470 quilômetros do Recife, no Sertão do São Francisco, viria se preparando para isso há alguns anos.

Ao que tudo indica, não fosse a tragédia nuclear ocorrida no Japão e a sequente pressão social contra esse tipo de energia, as negociações para recebermos uma das quatro usinas projetadas para o País já estariam bem avançadas.

Por aqui, há quem alegue que um empreendimento desse porte levaria desenvolvimento a essa longínqua região do São Francisco, gerando emprego e renda a uma população que nem sequer pode fazer uso de uma tecnologia bem mais simples que se tornou fundamental à inclusão social e ao mercado de trabalho nos dias de hoje, o celular. A telefonia móvel não funciona em Itacuruba.



FOTO: JOÃO BITTA

Mas por que levar uma usina nuclear para um local tão pequeno, distante e humilde? Justamente por conta dos riscos que esse tipo de empreendimento oferece.

Os acidentes estão aí para comprovar que, com todos os avanços tecnológicos, nunca há risco zero para a população que convive com essa fonte energética, uma

ameaça ao meio ambiente. O lixo radioativo tem duração de dez mil anos e ninguém descobriu, até hoje, o que fazer com ele.

O Japão lançou mão da usina nuclear por pura necessidade. Não dispõe de muitas fontes de energia limpa. O Brasil é diferente. Extremamente rico em água, sol e vento, o País tem tudo para explorar as energias renováveis. Fábricas de energia eólica e solar também geram emprego e renda e sem trazer riscos ao nosso povo.

A Alemanha, onde 25% da energia consumida é nuclear, já decidiu fechar suas usinas até 2022. Vai investir em fontes renováveis. A França e diversos outros países que utilizam a energia nuclear estão reavaliando os investimentos no setor.

Em Pernambuco e no Brasil, não pode ser diferente. Nós, parlamentares, temos o dever de manter esse debate com a população e com os governos e impedir qualquer tipo de negociação às escuras sobre o nosso futuro. Precisamos e queremos o desenvolvimento, mas não a qualquer custo.

\* Deputado pelo PV

*O artigo publicado é de estrita responsabilidade do autor.*

## EXEMPLO PERNAMBUCANO

Os trabalhos para atualizar a legislação do Estado, realizados por um grupo de servidores da Casa Joaquim Nabuco, foram apresentados ao secretário-geral da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), deputado estadual Joares Ponticelli (PP/SC). A visita à Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) ocorreu, no dia 16 de junho, com o objetivo de dar sequência aos debates da XV Conferência Nacional da Unale, realizada em maio, em Santa Catarina. "Vim observar essa ação que pretendemos levar para nosso Estado", declarou. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC), em tramitação no Senado, que visa ampliar o poder de legislar das Assembleias de todo o País também foi objeto da conversa entre o presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa, e Ponticelli (foto ao lado). "O Congresso Nacional tomou para si, praticamente, toda iniciativa legislativa do País, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988", lamentou Ponticelli, citando como exemplo a formulação do Código Florestal. "A Assembleia de Santa Catarina aprovou texto próprio, há anos, mas o mesmo não vigora porque somos impedidos legalmente de apresentar proposta similar sobre Direito Agrário. Queremos alterar esses dispositivos", defendeu. Para Uchoa, a presença do catarinense demonstrou o quão positivo foi o resultado do encontro da Unale. "A conferência ainda renderá outros bons frutos", avaliou. Ponticelli também conheceu outras medidas implementadas na Casa Joaquim Nabuco, como a Escola do Legislativo (Elepe). Os deputados Tony Gel (DEM), Antônio Moraes (PSDB) e Teresa Leitão (PT) também deram boas-vindas ao parlamentar, durante reunião plenária.



FOTO: BRENO LAPROVITERA



## CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

# ALEPE APROVA PEC QUE PERMITE REELEGER INTEGRANTES DA MESA

Um debate plural, com espaço para a manifestação de diversas opiniões, permitiu aprovar, no dia 20 de junho, no Plenário da Assembleia Legislativa, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 1/2011. A maioria dos parlamentares acatou o texto, que reestabelece a reeleição para os cargos da Mesa Diretora da Casa Joaquim Nabuco.

De autoria do deputado Cleiton Collins (PSC), a proposição foi aprovada, em primeira e segunda discussões. Durante a primeira votação nominal, à tarde, 38 deputados se declararam a favor, e nove contra. Um não participou do debate por estar de licença médica. O presidente da reunião plenária também não emitiu parecer, pois é impedido, regimentalmente.

Na segunda votação nominal, às 18h40, apenas seis deputados se declararam contrários. A PEC necessitava do apoio de 3/5 dos parlamentares, ou seja, 30 votos. No dia seguinte, a proposta foi apreciada em redação final. Atual presidente do Poder Legislativo, o deputado Guilherme Uchoa (PDT) avaliou “o resultado como natural, por expressar o entendimento da maioria da Casa”.

A PEC recebeu emenda substitutiva do presidente da Comissão de Justiça, deputado Raimundo Pimentel (PSB); e outra, modificativa, do relator Ricardo Costa (PTC). As alterações permitem apenas uma reeleição a cada legislatura e definem que qualquer



Maioria da Casa acatou proposta do deputado Cleiton Collins (tribuna), durante discussões da matéria na Ordem do Dia

mudança referente ao tema só entrará em vigor na legislatura subsequente.

**ARGUMENTOS** - A proposta obteve opiniões diferentes. No dia da análise, em primeira e segunda discussões, o líder

do PTB na Assembleia, deputado Izaías Régis, registrou seu posicionamento contrário, acompanhando a direção do partido. “Não tenho nada contra a atual Mesa Diretora, mas defendo a oferta de oportunidades para novas lideranças.”

Henrique Queiroz (PR), por sua vez, posicionou-se favoravelmente.

Maviael Cavalcanti (DEM) avaliou a mudança como “um gesto de fraqueza”. Daniel Coelho (PV) responsabilizou “o Executivo Estadual pelo resultado”. Líder do Governo, Waldemar Borges (PSB) enfatizou que, “em nenhum momento, o governador Eduardo Campos (PSB) se pronunciou sobre o tema”. Antônio Moraes (PSDB), que lidera a Oposição, pontuou que “o voto é de responsabilidade de cada parlamentar”.

Na primeira discussão, foram contrários à PEC os deputados Augusto César, Izaías Régis, José Humberto Cavalcanti, Júlio Cavalcanti e Sílvio Costa Filho, todos do PTB; além de Antônio Moraes (PSDB), Maviael Cavalcanti (DEM), Daniel Coelho (PV) e Teresa Leitão (PT). Na segunda discussão, os votos contrários permaneceram os mesmos, mas os deputados Izaías Régis, Antônio Moraes e Maviael Cavalcanti não estavam presentes.

Ainda durante a segunda discussão, o autor da proposta, Cleiton Collins, agradeceu o apoio da maioria. “Quando apresentei a PEC, pensei no direito de todos concorrerem à eleição dos cargos da Mesa Diretora”, pontuou.



Debates começaram na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) da Alepe, onde texto recebeu duas emendas

FOTO: JOÃO BITA

FOTO: CLAUDIO COUTINHO

# TRABALHO DA MESA DIRETORA E DE COMISSÕES TEMÁTICAS FORTALECE PERNAMBUCO

A atuação da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), no primeiro semestre deste ano, esteve focada na análise de projetos estruturadores, a fim de impulsionar o desenvolvimento do Estado e a melhoria de vida da sociedade. Na última reunião plenária do período, o presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), agradeceu o apoio "incontestável" dos parlamentares para alcançar o resultado positivo. Uchoa também se declarou grato ao governador Eduardo Campos (PSB) pelo "respeito ao Parlamento Estadual" e ressaltou o "relacionamento harmônico" da Casa com o Judiciário (TJPE), o Ministério Público (MPPE) e o Tribunal de Contas (TCE).

O presidente do Legislativo destacou algumas propostas acatadas, nos primeiros seis meses deste ano, atividades parlamentares e ações administrativas da Mesa Diretora. "Os números são significativos e positivos", avaliou. Uchoa citou a Lei Complementar nº 171/2011, de autoria da Mesa Diretora, regulamentando dispositivo da Constituição relativo às normas técnicas para elaborar, alterar e consolidar a legislação estadual.

A Assessoria Legislativa contabilizou o trâmite de 2.464 projetos e a aprovação de 2.164. Entre as proposições,

projetos de lei, de lei complementar, de resolução e Proposta de Emenda à Constituição (PEC), além de indicações e requerimentos. Do total de matérias apresentadas, 260 foram de iniciativa parlamentar. No período, ainda foram realizadas 78 reuniões plenárias ordinárias, duas extraordinárias e 13 solenes. Os deputados fizeram 523 pronunciamentos. Cinco Comissões Especiais e sete Frentes Parlamentares funcionam na Casa Joaquim Nabuco.

As ações de autoria do Governo que receberam o apoio do Legislativo garantiram a melhoria do abastecimento de água nos municípios de Ipojuca, Goiana, Petrolina, Cabo de Santo Agostinho e Recife; proporcionaram a abertura de crédito especial de, aproximadamente, R\$ 7 milhões, para dotação orçamentária em favor da Secretaria Extraordinária da Copa de 2014; e viabilizaram a construção de 16 mil casas em favor das vítimas das enchentes na Zona da Mata Sul.

Na última reunião plenária do semestre, o líder do Governo, deputado Waldemar Borges (PSB), relacionou "as proposições de autoria do Executivo ao novo momento vivido em Pernambuco". "O trabalho nas Comissões Temáticas também deve ser elogiado, pois é mais uma prova de quanto o Parlamento atua em prol do fortalecimento do Estado", enfatizou.



Reuniões plenárias viabilizaram análise e aprovação de medidas fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do Estado, segundo presidente Guilherme Uchoa (C)

## ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Determinados a contribuir com o desenvolvimento do Estado, os integrantes da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação da Alepe concederam parecer a matérias imprescindíveis à atração de novos investimentos. Das 181 proposições recebidas pelo colegiado, destaque ao Projeto de Lei nº 127/2011, de autoria do Poder Executivo, oferecendo crédito presumido de 85% no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos empreendedores do setor calçadista.

O texto, apreciado em abril, altera o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Calçados, Bolsas, Cintos e Bolas Esportivas. Criada, em 2006, a iniciativa concedia ao segmento, até então, incentivos fiscais de 47,5%. Entretanto, segundo o Governo do Estado, a medida não surtiu o efeito esperado nem o Polo Calçadista da Região Metropolitana do Recife (RMR) se consolidou. A gestão de Eduardo Campos

decidiu, então, incrementar a fatia de crédito presumido.

"Resgatar a força do setor é fundamental para a economia pernambucana. Diversas indústrias do Sul do País demonstraram interesse em se instalar no Estado e isso representará o crescimento direto e indireto das oportunidades de emprego e renda", ponderou o presidente da Comissão de Finanças, deputado Clodoaldo Magalhães (PTB), à época da votação da matéria.

O cenário favorável a novos empreendimentos acompanhou o quadro positivo de equilíbrio financeiro visualizado em Pernambuco. Ainda em março, durante audiência pública do colegiado sobre o último quadrimestre da Execução Orçamentária de 2010, a administração estadual computou superávit de R\$ 441,4 milhões. O montante ficou 377,6% acima do registrado em 2009. Além do encontro, o colegiado contabilizou 12 reuniões ordinárias.



Modificações em normas fiscais para beneficiar segmento calçadista fizeram parte da agenda do período



Projetos relacionados ao sistema prisional foram submetidos aos integrantes da 1ª Comissão Permanente

## CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Dois propostas apreciadas pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ), no 1º semestre, tornaram-se mais eficiente e célere o processo penal pernambucano. A primeira das iniciativas, constante do Projeto de Lei Ordinária nº 64/2011, criou o Centro Interdisciplinar de Acompanhamento a Penas e Medidas Alternativas (Capema). A entidade deverá otimizar e garantir o cumprimento desse tipo de punição. O Projeto de Lei Complementar nº 63/2011, por sua vez, descentralizou o acompanhamento prisional, criando as 3ª e 4ª Varas Regionais de Execução Penal.

De autoria do Poder Judiciário do Estado, ambas as matérias foram aprovadas, por unanimidade, pelos integrantes do colegiado. A última proposição, inclusive, foi alvo de uma audiência pública, no mês de março. O juiz da 1ª Vara Regional de Execução Penal,

Adeildo Nunes, participou e, à época, alertou sobre "a urgência da medida para dinamizar e desafogar as duas únicas varas existentes em Pernambuco". As circunstâncias jurisdicionais, até aquele momento, atendiam a um universo de 23 mil presos, alocados em 19 presídios.

A CCLJ, presidida pelo deputado Raimundo Pimentel (PSB), ainda promoveu outras três audiências públicas e contabilizou a tramitação de 367 matérias. Dentre os textos, outro destaque é o Projeto de Lei nº 39/2011, do Poder Executivo, autorizando o financiamento de até R\$ 200 milhões junto à Caixa. O montante possibilitará melhorias nos sistemas de abastecimento de água e saneamento básico. "Apreciamos propostas importantes. Desejamos continuar com o mesmo ritmo no 2º semestre", reforçou Pimentel.



Viabilizar propostas para construir moradias populares foi uma das atividades realizadas pelo grupo

## ADMINISTRAÇÃO CONTABILIZA 325 PROPOSIÇÕES

Mais um semestre de atividade intensa também para a Comissão de Administração Pública. O colegiado recebeu, no período, 325 proposições. Destas, 66 foram encaminhadas pelo Poder Executivo, e 249 são de autoria parlamentar. Das iniciativas em tramitação, 153 receberam parecer favorável, nas 14 reuniões ordinárias e seis extraordinárias realizadas pelo grupo.

Exemplo de proposição parlamentar aprovada por Administração Pública, o Projeto de Lei Ordinária nº 32/2011 ganhou destaque. A matéria, elaborada pelo deputado Izaias Régis (PTB), determina ao Estado a reserva de 10% das unidades habitacionais que vierem a ser construídas pelo poder público para moradores de áreas de risco. Poderão ser contempladas famílias instaladas às margens de rios e lagos; em terrenos de baixa resistência à compressão; e em encostas.

Entre os projetos de iniciativa do Parlamento, o presidente Guilherme Uchoa destacou o que garante a presença de profissionais habilitados a prestar primeiros socorros em eventos de grande porte, de autoria do deputado Tony Gel (DEM); e o que cria a Semana Estadual de Adoção para informar a sociedade sobre o trâmite necessário, de iniciativa da deputada Teresa Leitão (PT). As ações da Mesa Diretora proporcionaram a realização de seminário para os novos deputados, as vitórias da Assembleia junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra as novas demarcações dos terrenos de marinha e contra a medida que questionava a competência da CPI da Celpe, que vigorou de 2007 a 2009, na Casa.

A Escola do Legislativo, por sua vez, ofereceu diversos cursos e comemorou o encerramento da Pós-Graduação em Formação Política, Gestão Pública e Processo Legislativo, em parceria com a Universidade de Pernambuco (UPE). O Museu Palácio Joaquim Nabuco participou de mais uma edição da Semana Nacional dos Museus. Também foi realizada a 10ª Edição do Programa Saúde Alepe e o Projeto Segunda Cultural teve continuidade na Torre Malakoff. Os trabalhos legislativos serão retomados no dia 1º de agosto.

## DESEMPENHO

# TEMAS ATUAIS MOBILIZAM FRENTES E COMISSÕES

FOTO: JOÃO BITA



Mudanças no sistema de comunicação de Pernambuco podem ser sugeridas

Assim como prevê o Regimento Interno do Parlamento Estadual, as Frentes Parlamentares e as Comissões Especiais da 17ª Legislatura têm tratado temas relevantes e de interesse social. Hoje, funcionam na Casa Joaquim Nabuco 12 grupos de trabalho, sendo sete Frentes e cinco Comissões Especiais. Temas como Mobilidade Urbana, Defesa da Criança e do Adolescente, Telefonia Móvel, Família e Comunicação estão entre os que motivam os colegiados.

Compostos por, no mínimo, cinco parlamentares, os grupos suprapartidários buscam, ainda, aprimorar o entendimento da Assembleia acerca dos assuntos relacionados e acompanhar as políticas de Governo, a fim de contribuir com sugestões eficazes.

No dia 7 de junho, a busca por alternativas para o tráfego entrou em pauta por meio da Comissão Especial de Mobilidade Urbana. Na ocasião, o presidente do colegiado, Sílvio Costa Filho (PTB), comentou o propósito do grupo. “Nosso objetivo é apresentar, nos próximos seis meses, um relatório das ações, envolvendo entes públicos e privados, a fim de melhorar a mobilidade urbana e o sistema de transporte coletivo.”

Os direitos e as ações direcionadas aos menores são foco dos debates pro-

movidos pela Frente em Defesa da Criança e do Adolescente. A partir de projeto de autoria dos deputados Betinho Gomes (PSDB) e Teresa Leitão (PT), o grupo iniciou as atividades recebendo a Oficina Infância e Adolescência no Parlamento, que apresentou o trabalho de mobilização e monitoramento desenvolvido pelo Projeto Criança e Adolescente - *Prioridade no Parlamento*. Os integrantes acompanham, no Congresso Nacional, o trâmite das matérias que podem afetar o segmento.

O evento foi uma iniciativa conjunta entre o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Além desses grupos implantados com prazo finito - a duração de uma Frente é de dois anos, podendo ser prorrogada por igual período; e as Comissões Especiais atuam no prazo máximo de seis meses -, a Assembleia Legislativa conta com 16 Comissões Permanentes. Estas são responsáveis por tratar de temas recorrentes no cotidiano, bem como na administração pública, a exemplo de finanças, meio ambiente e cidadania.

FOTO: JOÃO BITA



Melhorias para agilizar o tráfego desafiam Comissão Especial de Mobilidade Urbana

FOTO: RINALDO MARQUES



Comissão da Telefonia quer qualificar serviços e democratizar acesso à banda larga

FOTO: MOISES BARBOSA



Consumo de drogas, aborto e violência presentes na pauta da Frente da Família

FOTO: CLAUDIO COUTINHO



Frente aborda implantação de políticas públicas direcionadas à criança e ao adolescente

**MEMÓRIA**

FOTO: ROBERTO SOARES



Grupo de Avaliação de Documentos, formado por servidores de vários setores do Poder Legislativo, preservará rico acervo de interesse histórico e cultural

# ÉQUIPE DEFINIRÁ POLÍTICAS PARA GERENCIAR PRODUÇÃO E ARQUIVO

FOTO: CLAUDIO COUTINHO

Com o objetivo de implementar um modelo para gerenciar documentos em todos os setores da Casa Joaquim Nabuco, o Parlamento Estadual instalou, no mês de junho, a Comissão de Avaliação de Documentos. Além de estabelecer procedimentos, a iniciativa visa reduzir a produção de papel e definir o destino final.

O grupo de trabalho é presidido pela assistente de Preservação do Patrimônio Histórico do Poder Legislativo, Cynthia Barreto. O técnico de Administração André Salgado, da Assistência Legislativa, é o vice-presidente do colegiado. Ainda integram a equipe o procurador José Américo dos Santos, da Procuradoria da Alepe; e Marlene Guedes, da Superintendência Administrativa, que atuará como secretária. Representantes de outros setores também fazem parte da Comissão de Avaliação.

De acordo com Cynthia Barreto, a ideia é debater, junto com as demais assistências e superintendências, medidas arquivistas que atendam às necessidades da Assembleia Legislativa, dinamizando os recursos tecnológicos e utilizando-os como ferramenta na produção de documentos. "A partir do gerenciamento entre os setores, será possível reduzir a emissão de papéis, garantir a eficiência administrativa e preservar o acervo documental de interesse histórico", pontuou.

O vice-presidente André Salgado considera que a proposta da Mesa Diretora da Alepe "servirá para estabelecer critérios e normas, otimizando espaço e economizando recursos, além de contribuir com o meio ambiente".



Parlamento requer normas específicas para assegurar a correta produção e o destino adequado do material

A Comissão de Avaliação de Documentos é formada por servidores efetivos da Casa e se reunirá às segundas-

feiras, às 9h. Haverá outros encontros extraordinários, às sextas-feiras, para elaborar um cronograma de atividades.

## CULTURA

# FESTA DE SÃO JOÃO COM FORRÓ, CONCURSOS E MUITA COMIDA TÍPICA

FOTOS: JOÃO BITA



Funcionários da Alepe aproveitaram evento e mostraram que sabem dançar



Pratos variados conquistaram paladar do público eclético que prestigiou iniciativa

Por mais um ano consecutivo, o forró pé de serra marcou o São João dos funcionários da Assembleia Legislativa, no dia 16 de junho. A data foi comemorada com música e comidas típicas. A cantora Nádia Maia abriu a festa e colocou todos para dançar, ao som dos principais sucessos do autêntico forró. A banda Xamego do Amor, comandada por Hildebrando Marques, também garantiu a animação.

O evento, realizado pela Mesa Diretora, por meio das Superintendências Geral, de Recursos Humanos e Administrativa, animou deputados e servidores. O 1º secretário, deputado João Fernando Coutinho (PSB), esteve entre os que conferiram as atrações.

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas, Débora Paes foi a responsável por organizar a festa. Ela avaliou que o bufê de comidas típicas e o concurso de danças ganharam a aprovação do público.

No concurso de dança, a dupla Tiago e Leticia conquistou o primeiro lugar. O espaço melhor decorado foi o sexto andar do Anexo I. "Preparamos um evento diferenciado", acrescentou Débora.

De acordo com o superintendente administrativo da Alepe, Bruno Oliveira, "a promoção de festividades é importante para integrar os servidores. Procuramos celebrar sempre o calendário cultural da nossa região", pontuou.



Atração principal, Nádia Maia exibiu repertório com grandes sucessos



Sanfona de Hildebrando deu o tom da Banda Xamego do Amor



Sexto andar reconhecido como espaço melhor decorado da Casa



Leticia e Tiago, vencedores na modalidade pé de serra